



**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
REDE MUNICIPAL DE ENSINO
ATIVIDADES PEDAGÓGICAS COMPLEMENTARES**

Escola: _____

Estudante: _____

Componente curricular: Geografia

Período: 20/07/2021 a 31/08/2021

Etapa: Ensino Fundamental II

Turma: 7º ano

- As atividades das APCs serão adequadas de acordo com a limitação e necessidade de cada estudante pelo professor (a) de Apoio e Supervisão do Departamento de Coordenação de Educação de Inclusão Social.

CADERNO 5

AULA 1 e 2 – Meio rural – Ocupação da terra pela agropecuária

- Faça a leitura das páginas 115, 116 e 117 do livro didático – Meio rural.

1 O novo rural brasileiro

Muitas pessoas confundem o termo rural com o termo agrário. Entretanto, rural diz respeito ao campo, ao espaço não urbano, ao passo que o agrário se refere às atividades primárias (agricultura, pecuária e extrativismo) e aos diversos elementos ligados a essas atividades (política agrícola, relações de trabalho e propriedade da terra). As atividades primárias são realizadas, em geral, no meio rural, embora possam eventualmente ser encontradas nas cidades, em chácaras dentro do perímetro urbano, em quintais, em algumas áreas urbanas periféricas.

São atividades voltadas à produção de alimentos para a população (ou para o gado) e à produção de matérias-primas que são transformadas pela atividade secundária (a indústria).

O espaço rural, principalmente nos dias de hoje, não sedia apenas atividades agrárias. Nas últimas décadas, vêm se multiplicando o turismo rural e ecológico, fábricas, condomínios e comércio principalmente de pequeno porte. É provável que, dentro de alguns anos, a maior parte da população do meio rural brasileiro se dedique a atividades não agrárias, pois o crescimento desse tipo de emprego tem ocorrido em um ritmo maior do que o das atividades propriamente agrárias. Esse é um aspecto do chamado “novo rural brasileiro”.

Outro elemento importante nesse meio “novo rural” é a expansão do agronegócio (do inglês agribusiness, “negócios agrícolas”), que consiste na integração entre as atividades primárias e o setor industrial. Em um sentido mais amplo – tal como foi criado nos Estados Unidos –, o termo designa toda uma cadeia ou um sistema integrado de produções (adubos, fertilizantes, cereais, máquinas agrícolas, criações de animais, etc.) que dependem umas das outras.

Em sentido mais restrito, bastante empregado no Brasil, o agronegócio refere-se especificamente às indústrias cuja produção tem por base um produto agrícola, como as indústrias de:

- bebidas, que utilizam cana-de-açúcar, cevada, uva, laranja, etc.;
- óleos comestíveis, que beneficiam a oliva, a soja, o girassol, a canola e outros produtos agrícolas;
- calçados, que usam o couro;
- laticínios, que fabricam queijos, iogurtes, manteiga e outros produtos derivados do leite;



Usina de álcool em Monte Aprazível (SP), em 2016. A indústria, atividade geralmente considerada urbana, expandiu-se bastante no meio rural nas últimas décadas

- beneficiamento de carnes diversas, que produzem salsichas, carnes enlatadas, frangos congelados, etc.

O agronegócio representa o último estágio da integração entre a agropecuária e a atividade industrial. É muito comum que as produções, mesmo quando são realizadas por pequenos agricultores – como criação de frangos ou de porcos, cultivo de uvas e outros –, sejam determinadas pelos interesses da indústria. Geralmente, é esta que fornece equipamentos e insumos aos agricultores que, em contrapartida, vendem toda a sua produção para essa indústria, que acaba estabelecendo os preços para essa produção.



Interior de granja na zona rural do município de Guarani (MG), em 2017. É comum que a produção rural esteja subordinada aos interesses industriais.

Ocupação da terra pela agropecuária

Em 2015, segundo dados do governo federal, as propriedades rurais ocupavam uma área total de 329 milhões de hectares, ou 38,7% do território nacional. A área restante era ocupada por cidades e vilas, estradas e, principalmente, áreas de matas, como a Floresta Amazônica e os Cerrados, reservas indígenas, Caatingas, remanescentes da Mata Atlântica, etc.

Por lei, toda propriedade rural deve manter suas áreas de preservação permanente e de reserva legal. As **áreas de preservação permanente** são as encostas de morros e as margens de cursos de água. A **reserva legal** é uma porcentagem da área que não pode ser explorada e que varia de acordo com a região onde se localiza a propriedade.

Essas áreas de preservação ocupam 93,8 milhões de hectares, correspondendo a 28% das propriedades rurais. Isso significa que a área realmente ocupada pela agropecuária é de 235,2 milhões de hectares (cerca de 171 milhões de hectares estão ocupados por pastagens e aproximadamente 64 milhões são terras de cultivos permanentes ou temporários).

Se o território nacional fosse totalmente ocupado por construções ou atividades econômicas ocorreria um desastre ambiental, pois há a necessidade de conservar amplas reservas florestais, especialmente as poucas áreas de matas originais que restam (Floresta Amazônica, Cerrado, trechos da Mata Atlântica, da Caatinga ou do Pantanal). Além disso, as comunidades diversas que vivem no campo, como os indígenas, os quilombolas e os povos da floresta, devem ter suas terras e costumes preservados.

Atualmente, há no país grandes trechos de terras já desmatadas e não aproveitadas economicamente. Os melhores solos e os maiores investimentos na agricultura estão voltados para o cultivo de exportação ou para a produção de matérias-primas industriais e não para a produção de alimentos para o consumo interno.

Apesar de o agronegócio, em razão das exportações, colaborar para a balança comercial do país, a atividade traz impactos negativos. A produção dos produtos primários voltados para a exportação leva à redução da biodiversidade, causada pelo desmatamento e pela implantação de extensas monoculturas; contamina o solo e as águas superficiais e subterrâneas, devido ao excesso de adubos químicos e herbicidas; e compacta o solo com o tráfego de máquinas pesadas durante o plantio, tratos culturais e colheita.

Já a agricultura familiar não produz para exportação e se mantém no espaço rural, fornecendo os gêneros alimentícios de que a população depende. É considerado agricultor familiar aquele que pratica atividades no meio rural, em pequenas propriedades – de 5 a 100 hectares – e usa principalmente mão de obra familiar. Cerca de 80% das propriedades rurais do Brasil pertencem aos agricultores familiares, que produzem cerca de 20% da produção agrícola e 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros.

Tendo em vista as necessidades da produção familiar, desde o emprego de sementes selecionadas até o desenvolvimento da unidade de produção, foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 1995. Ele financia as unidades de agricultura familiar com taxas de juros baixas, por meio de empréstimos bancários. Indígenas e quilombolas que se dedicam à agricultura familiar também são favorecidos por esse programa.

Paralelamente, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que faz parte do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, também atua junto aos agricultores familiares. A Embrapa tem a incumbência de definir políticas agrícolas para o país e suas pesquisas contribuem para aperfeiçoar a mão de obra, melhorar as técnicas de cultivo e colheita, recuperar solos degradados, integrar o cultivo, a pecuária, o extrativismo vegetal, e orientar o uso da irrigação e dos insumos agrícolas. A empresa também busca soluções para os desafios de alcançar a segurança alimentar do país, pois todos devem ter acesso a uma alimentação que promova a saúde da população.

- Atividades:

- Sobre a agricultura familiar, responda:

a) Ela ocupa 80% dos imóveis rurais, mas corresponde a apenas 20% do total produzido pela agropecuária brasileira. Por que isso ocorre?

b) Ela produz cerca de 70% dos alimentos consumidos pela população brasileira. Explique por que produz 20% do total da produção agrícola e 70% da produção de alimentos destinados ao consumo da população nacional.

- Sobre a produção agrícola familiar no município onde você vive, responda:

a) Há unidades de produção familiar? _____
 b) O que essas unidades produzem? Como produzem? Onde seus produtos são comercializados?

AULA 3 e 4 – Estrutura e concentração fundiária

- Faça a leitura das páginas 119 e 120 do livro didático.

2 Estrutura e concentração fundiária

Denomina-se **estrutura fundiária** a forma como as propriedades agrárias de uma área ou país estão organizadas, isto é, a quantidade, o tamanho e a distribuição social dessas propriedades.

Observe as tabelas abaixo. Note que houve diminuição do número de imóveis rurais de 1985 até 2017, decorrente de uma concentração das terras rurais no Brasil.

Brasil: propriedades rurais (1975-2017)

| | 1975 | 1980 | 1985 | 1995-1996 | 2006 | 2017 |
|------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Estabelecimentos | 4 993 252 | 5 159 851 | 5 801 809 | 4 859 865 | 5 175 636 | 5 072 152 |
| Área total [ha] | 323 896 082 | 364 854 421 | 374 924 929 | 353 611 246 | 333 680 037 | 350 253 329 |

Brasil: área das propriedades rurais (2017)

| | Menos de 1 ha | De 1 a menos de 10 ha | De 10 a menos de 50 ha | De 50 a menos de 100 ha | De 100 a menos de 500 ha | Mais de 500 ha |
|------------------------|---------------|-----------------------|------------------------|-------------------------|--------------------------|----------------|
| Número de propriedades | 606 823 | 1 935 839 | 1 585 966 | 393 949 | 365 453 | 105 548 |
| Área total [ha] | 277 534 | 771 1580 | 36 854 205 | 26 929 140 | 74 164 629 | 204 316 241 |

Fonte das tabelas: IBGE. Censo Agropecuário 2017. Resultados preliminares. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3093/agro_2017_resultados_preliminares.pdf>. Acesso em: 16 out. 2018.

De fato, um dos grandes problemas agrários do Brasil é que a maior parte das terras ocupadas e os melhores solos encontram-se nas mãos de poucos proprietários, chamados de latifundiários. Não é raro haver enormes áreas ociosas (**latifúndios**), não utilizadas para a agropecuária, apenas à espera de valorização.

Em contrapartida, um imenso número de pequenos proprietários possui áreas ínfimas – os **minifundios** –, muitas vezes insuficientes para garantir a suas famílias o sustento e uma boa alimentação. A expansão das grandes propriedades à custa das pequenas, das terras indígenas ou quilombolas e das reservas florestais é a causa de violentos conflitos pela terra no Brasil, com dezenas ou centenas de mortes a cada ano.

Reforma agrária

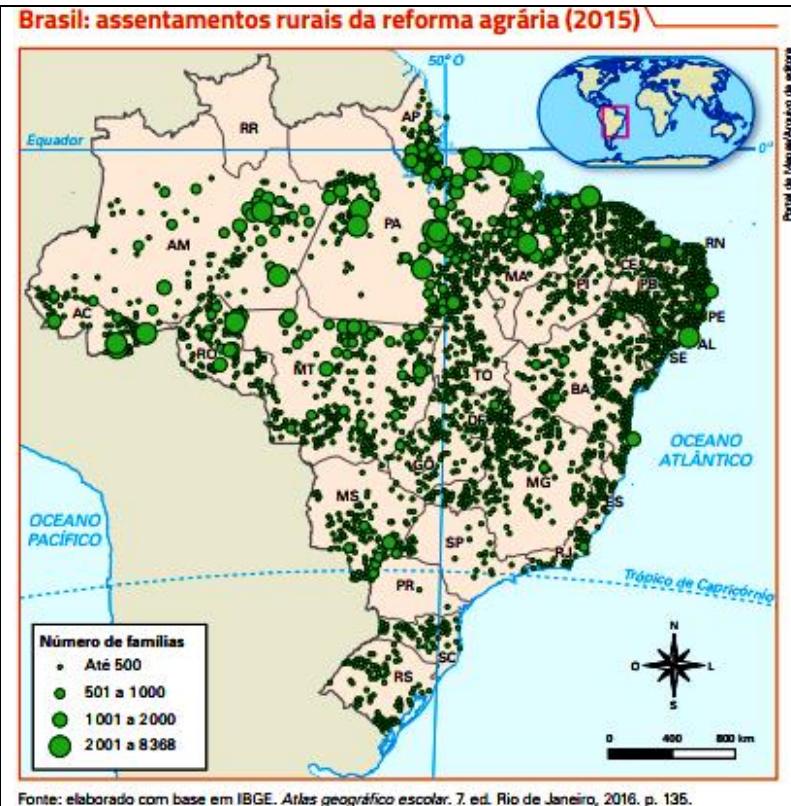
Desde os anos 1950 se discute, no Brasil, a reforma agrária, que consiste na ideia de reorganização das propriedades do meio rural, visando à distribuição mais igualitária da terra. Pode-se dizer que a reforma agrária visa à mudança na estrutura fundiária do país, efetuada pelo Estado, com a desapropriação de grandes fazendas improdutivas e a distribuição de lotes de terras a famílias camponesas.

Essa política já foi adotada em vários países, como o Japão e a Coreia do Sul. Nos Estados Unidos, país que possui a maior produção agropecuária do mundo, predominam de forma absoluta as propriedades familiares, e não os latifúndios.

Embora se observe uma concentração de terra menor nos Estados Unidos do que no Brasil, há de se levar em conta que nos Estados Unidos o critério de definição de agricultura é administrativo, e não dimensional. Isto é, se um latifúndio tem mais de 50% de seu título de propriedade pertencente a uma família, ele também entra na categoria de agricultura familiar. No Brasil, muitas vezes, na prática, ocorre a mesma coisa – grandes latifúndios pertencem a famílias – mas não seriam considerados agricultura familiar porque ultrapassam o tamanho de quatro módulos fiscais e a mão de obra não é da própria família.

Essa diferença na ocupação da terra entre os Estados Unidos e o Brasil também decorreu da ocupação do interior: lá, no século XIX, o governo incentivava os imigrantes que vinham da Europa a se tornarem pequenos proprietários de terras ainda incultas; aqui, ao contrário, o governo procurou evitar que os imigrantes se tornassem proprietários de terras com uma lei promulgada em 1850, que proibia o acesso à terra, exceto se as pessoas tivessem dinheiro para comprar.

Apesar de intensamente discutida e de terem sido criados órgãos governamentais que deveriam implementá-la, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a reforma agrária nunca foi amplamente executada no Brasil e se deu apenas de forma parcial.



- ## • Atividades:

- ## 1. O que são latifúndios?

- ## 2. O que são minifúndios?

- ### **3. No que consiste a Reforma Agrária?**

- #### 4. Por que é importante fazer uma reforma agrária no Brasil?

AULA 5 e 6 – Meio rural

- Realize as atividades da página 132 do livro didático.

1 - Nas prateleiras dos supermercados, nas feiras livres ou nos eventos sobre meio ambiente, são cada vez mais comuns a propaganda e a venda de alimentos orgânicos. Você sabe o que é alimento orgânico? Leia o texto a seguir.

O que define um produto orgânico?

Para ser considerado orgânico, o produto deve ser cultivado em um ambiente que considere sustentabilidade social, ambiental e econômica e valorize a cultura das comunidades rurais. A agricultura orgânica não utiliza agrotóxicos, hormônios, drogas veterinárias, adubos químicos, antibióticos ou transgênicos em qualquer fase da produção. [...]

Os produtores de orgânicos utilizam o rodízio de culturas e diversificação de espécies entre e dentro dos canteiros [isto é, policultura ao invés da monocultura]. Nas lavouras, são aplicados cordões de contorno com plantas diversas, que ajudam a proteger o cultivo de pragas e doenças, servem como quebra-vento e também protegem o solo contra erosão. Praticam o plantio direto, caracterizado pelo cultivo em cima do resíduo da cultura anterior, sem que o trator limpe o solo. [...] O solo é enriquecido com adubo orgânico que promove o desenvolvimento da vida neste solo, como minhocas, bactérias e fungos benéficos [além de folhas e restos de vegetais], que contribuem para o equilíbrio do sistema.

[...] A produção orgânica vai além da não utilização de agrotóxicos. O cultivo deve respeitar aspectos ambientais, sociais, culturais e econômicos, garantindo um sistema agrícola sustentável. [...]

O produtor orgânico se preocupa com a preservação do meio ambiente e tem compromisso com a qualidade de vida de seus empregados. O produto, então, pode ter seu custo de produção um pouco maior, acrescido destas responsabilidades. A oferta em relação à procura por produtos mais saudáveis também eleva o preço no mercado. Tanto em supermercados como em feiras livres é possível adquirir produtos orgânicos com preços compatíveis. [...]

Fonte: Canal Rural, 24 maio 2015. Disponível em: <www.canalrural.com.br/noticias/agricultura/que-defineproduto-organico-56619>. Acesso em: 11 abr. 2018.

Responda às questões:

a) Quando um produto é considerado orgânico?

b) Quais são, em sua opinião, os motivos para se consumir o produto orgânico? Qual deles você acha que mais convence as pessoas a usar produtos originados da agricultura orgânica?

c) Procure explicar por que quanto mais pessoas consumirem produtos orgânicos, mais baratos eles ficarão.

d) Os produtos orgânicos já fazem parte da sua alimentação e de seus familiares? Que alimentos orgânicos você costuma consumir?

2 - Leia o texto a seguir. Depois, responda às questões.

Pecuária orgânica é um sistema de produção baseado em 3 elos: o meio ambiente, o econômico e o social; tendo os três a mesma importância. O sistema orgânico busca produzir da forma mais natural possível, economicamente viável e socialmente participativa na região que se encontra.

Ambientalmente, é um sistema preocupado com os recursos naturais existentes, preservando-os ao máximo. Entre algumas das coisas, busca a preservação e recuperação da flora e da fauna locais, não utilização de animais geneticamente modificados (transgênicos) ou substâncias químicas artificiais, utilização racional do solo e da água e tratamento dos resíduos produzidos.

Economicamente ainda é um sistema que busca uma alta produção e lucro, porém diferente dos outros sistemas produtivos, não tem esse como o elo de maior importância. Como um sistema produtivo, ainda tem que operar e se manter no mercado.

No âmbito social, o sistema orgânico se preocupa e se insere na sociedade local, cumprindo as leis trabalhistas, dando preferência aos trabalhadores locais, melhorando a qualidade de vida destes e do resto da comunidade ao seu redor.

Além disso tudo, sua produção é baseada no bem-estar, onde os animais são criados o mais próximo possível do seu natural.

Fonte: PECUÁRIA orgânica. Disponível em: <www.usp.br/pecuariaorganica/?page_id=176>. Acesso em: jul. 2018.

a) Quais são os três componentes ou elos básicos da pecuária orgânica? No que ela difere da pecuária tradicional?

b) Explique no que consiste a preocupação com o bem-estar do gado na pecuária orgânica.

c) Alguns criticam a preocupação econômica em qualquer forma de agropecuária, inclusive a orgânica. Você acha que essa crítica é procedente? Seria possível um cultivo ou criação sem nenhuma preocupação econômica? Por quê?

AULA 7 e 8 – Meio rural

- Faça os exercícios 01 e 02 da página 133 do livro didático.

1 - Observe a imagem abaixo.



Trabalhador aplica agrotóxico em plantação de cana-de-açúcar no município de Planalto (SP), em 2016.

a) Listem os elementos visíveis na foto.

b) O que o trabalhador está fazendo?

c) Por que ele está usando máscara?

d) Que danos o uso de agrotóxicos pode provocar ao meio ambiente e às pessoas?

2 - Observe a fotografia abaixo.



Vista de paisagem rural em Sinop (MT), em 2015.

- Qual é o aspecto negativo da agropecuária retratado na imagem?
-
-

AULA 9 e 10 – Regiões Brasileiras

- Faça a didático, das páginas 186 e 187.



Para saber mais

Regionalizando o espaço brasileiro

Quantas vezes você já observou um mapa do Brasil que mostra as cinco regiões administrativas do país? Talvez já tenha pensado: por que o país foi dividido dessa maneira? Por que há regiões com muitos estados enquanto outras possuem poucos?

Para entender essas questões é necessário compreender o processo de regionalização do espaço, identificando as regiões que configuram o território brasileiro. Para isso, observe duas formas de regionalização utilizadas atualmente: a do IBGE e a dos três complexos regionais.

Toda proposta de regionalização necessita da definição de alguns critérios.

A Divisão regional do IBGE

Em 1969, o IBGE dividiu o Brasil em cinco macrorregiões levando em consideração os seguintes critérios:

- semelhanças históricas
- semelhanças sociais
- semelhanças econômicas
- semelhanças naturais
- respeito aos limites político-administrativos

Com base nesses critérios surgiu a regionalização em cinco macrorregiões, conforme mostra o mapa ao lado.

Brasil: divisão regional segundo o IBGE



Fonte: elaborado com base em: IBGE. *Atlas geográfico escolar*. 7. ed. Rio de Janeiro, 2016. p. 94

Como essa regionalização foi oficializada em 1970, e pensada com base em informações dos anos 1960, em boa parte ela já não corresponde mais às diferenças territoriais do país, pois muitas mudanças ocorreram neste período de mais de meio século. Entre elas, podem-se mencionar a ocupação de grande parte do Brasil central, com a expansão da soja e da pecuária, como também a industrialização no sul de Goiás e do Mato Grosso, do Distrito Federal e de Mato Grosso do Sul.

Três complexos regionais

Outra divisão regional bastante conhecida, e cada vez mais utilizada, é a estabelecida pelo geógrafo Pedro Pinchas Geiger, no final da década de 1960, que divide o Brasil em três complexos regionais ou regiões geoconômicas. Observe os critérios que essa regionalização levou em conta:

- o processo histórico de formação do território brasileiro e a integração nacional a partir da industrialização, buscando as inter-relações regionais resultantes da articulação do país com seu centro econômico;
- traços históricos, sociais, culturais e naturais que caracterizam essas regiões;
- uma delimitação mais precisa das regiões, procurando uma identidade regional que independe dos limites das Unidades da Federação.

Com base nesses critérios surgiu a regionalização em três regiões, conforme mostra o mapa a seguir.



Fonte: elaborado com base em: BECKER, Berta. Brasil: os três complexos regionais. Revista Brasileira de Geografia, n. 4, ano 34.

Atividades:

1. Quais são as formas de regionalização do território brasileiro?
-
-

2. Aponte quais foram os critérios utilizados pelo IBGE para a definição das regiões.
-
-

3. Indique quais critérios utilizados pelo geógrafo Pedro Geiger para a definição das regiões geoconômicas.
-
-

4. Escreva a qual região o estado de Mato Grosso do Sul pertence.
-
-

AULA 11 e 12 – Regiões Brasileiras

- Faça a leitura das páginas 185, 188 e 189 do livro didático.

2 Regionalização do território brasileiro

Sabemos que o território brasileiro é muito extenso, com predominância de climas tropicais, em geral quentes e úmidos, e maior ocupação humana na faixa litorânea. Sabemos também que ele é dividido em 27 unidades da Federação, que formam o Estado nacional brasileiro: um Distrito Federal e 26 estados. Há unidades com imensos territórios (Amazonas, Pará) e outras com uma área bem menor (Distrito Federal, Sergipe, Alagoas); há unidades mais populosas (São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro) e outras menos populosas (Roraima, Acre e Amapá), assim como há estados mais industrializados e outros menos industrializados.

É possível regionalizar o território do Brasil de várias maneiras, principalmente por estes dois motivos:

- o território brasileiro é imenso e diversificado, um dos maiores do mundo (maior que todos os países da Europa, com exceção da Rússia);

- as mudanças espaciais foram e continuam sendo intensas, e nesse espaço ocorre um intenso fluxo migratório de pessoas que se deslocam de uma área para outra. Além disso, muitos lugares do país ainda passam por transformações profundas, como a chegada de indústrias, a modernização da agricultura, o desmatamento, o recebimento de muitos migrantes com a expansão do povoamento, etc.

Muitas pessoas consideram que a melhor forma de regionalizar o Brasil é dividi-lo em unidades da Federação (26 estados e o Distrito Federal). Entretanto, há estados que se assemelham mais a outro vizinho do que ao restante desse mesmo estado. O que fazer, então, para dividir o espaço brasileiro em unidades ou regiões de modo a compreender cada uma de suas partes?

Observe nas páginas 186 e 187 quais foram os critérios estabelecidos para elaboração de duas regionalizações utilizadas atualmente e como as diversas unidades da Federação foram “agrupadas” para formar cada uma das regiões em ambas as classificações.

Comparando as duas regionalizações

Ao observar as duas regionalizações apresentadas no infográfico das páginas anteriores, percebe-se que a divisão do IBGE respeita os limites entre os estados brasileiros. Já a divisão em complexos regionais chega a incluir parte de um estado em uma região e a parte restante em outra. A realidade – seja dos elementos naturais do espaço (clima, relevo, etc.), seja socioeconômica – tem uma dinâmica que pouco depende dos limites ou fronteiras entre unidades administrativas. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por ser um órgão governamental que coleta estatísticas variadas, obedece rigorosamente aos limites das unidades da Federação.

Entretanto, a divisão em três complexos regionais é mais interessante para a compreensão das diversidades do Brasil, porque nem sempre o território inteiro de um estado tem as mesmas características. Por exemplo, o norte de Minas Gerais, sem dúvida, apresenta traços semelhantes aos do interior da Bahia, como as secas periódicas que ocorrem no Sertão nordestino, ao passo que as demais áreas desse estado se assemelham mais ao estado de São Paulo. Quando viajamos pela porção norte de Minas Gerais, logo percebemos as paisagens típicas do Sertão nordestino, como a vegetação de Caatinga (veja a foto abaixo).

Outro exemplo: a porção oeste do Maranhão, que de fato é parte da Amazônia brasileira (a parte leste do imenso bioma amazônico), é muito diferente das paisagens naturais típicas do Nordeste do Brasil. Mato Grosso do Sul, Goiás e o sul de Mato Grosso são áreas com expansão da agropecuária moderna oriunda de São Paulo, do Paraná ou do Rio Grande do Sul, com paisagens que cada vez mais se parecem com as do interior desses estados. O sul do país também apresenta áreas industrializadas e com agropecuária moderna, bastante parecidas com as de São Paulo e de grande parte de Minas Gerais.



Paisagem com mandacarus em estrada próxima ao município de Coronel Murta (MG), em 2018.

Vários órgãos do governo utilizam a regionalização em três regiões geoeconômicas: quando há combate às secas no Sertão nordestino, os municípios do norte de Minas Gerais sempre estão incluídos na região a ser favorecida com verbas ou ações de combate. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), que realiza um monitoramento das queimadas na Floresta Amazônica utilizando imagens de satélites, também inclui o oeste do Maranhão e o norte de Mato Grosso e de Tocantins na região da Amazônia quando coleta dados sobre queimadas e desmatamentos. O Ministério do Meio Ambiente inclui essas áreas na região amazônica.

Guarás-vermelhos na baía do Imirim, na fronteira entre Maranhão e Pará.
Foto de 2016.



Texto e ação:

1. Sobre as regiões estabelecidas pelo IBGE, responda:

a) Em que região se localiza o estado onde você mora? Você conhece outras regiões brasileiras? Quais?

b) Qual é a região mais populosa? E a menos populosa? Procure explicar por que ocorre essa discrepância de povoamento.

c) Qual é a região com maior densidade demográfica?

d) Qual é a região mais industrializada? Você sabe explicar por que a industrialização se concentrou nessa região?

e) Você já viu algum mapa das regiões do IBGE em jornais, revistas, reportagens na televisão, internet ou em algum outro meio de comunicação? Qual era o contexto ao qual o mapa estava relacionado? Explique.

2. Diferencie da região norte do IBGE o complexo regional Amazônia.

3. Sobre as duas formas de regionalizar o Brasil responda:

a) Que semelhanças e diferenças você notou entre as duas formas?

b) Na divisão do geógrafo Pedro Pinchas Geiger, o que justifica o norte de Minas Gerais fazer parte do complexo regional do Nordeste?
